Climate-U
Transforming Universities for a Changing Climate

Protocolo para Pesquisa-Ação Participativa sobre o Papel das Universidades para a Justiça Climática: Princípios e Ferramentas

Transforming Universities for a Changing Climate
Working Paper Series
No. 3

Alexandre Apsan Frediani
Charlotte Nussey

Abril 2021

GCRF
UK Research and Innovation

ISSN 2754-0308

Climate-U
Transforming Universities for a Changing Climate

Protocolo para Pesquisa-Ação Participativa sobre o Papel das Universidades para a Justiça Climática: Princípios e Ferramentas

Transforming Universities for a Changing Climate
Working Paper Series, No. 3

Uma colaboração Climate-U
Abril 2021

Este documento foi um esforço colaborativo coordenado principalmente pelo Dr. Alexandre Apsan Frediani e pela Dra. Charlotte Nussey. As ferramentas para a condução de análises dos stakeholders foram desenvolvidas pela equipe Climate-U do Quênia: Dra. Jackline Nyerere, Winniejoy Gatwiri e Rachel Okinyi. A discussão sobre engajamento comunitário foi desenvolvida pela equipe Climate-U de Fiji: Dra. Rosiana Lagi, Filipe Veisa, Apolosa Robaigau e Siniva Laupepa. As ferramentas metodológicas de planejamento da ação foram desenvolvidas pela equipe Climate-U de Moçambique: Dr. Patrício Langa, Rosario Mananze, Neide Mangeia, Adriano Felix e Ali Atumane. A proposta de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem foi desenvolvido pela equipe Climate-U do Brasil: Dra. Luciana Brandli, Dra. Amanda Lange Salvia, Janaína Mazutti e Giovana Reginatto.

Contato: charlotte.nussey@ucl.ac.uk
Website: www.climate-uni.com
Twitter: @ClimateUniv

© Abril 2021 Climate-U,
Institute of Education, UCL
20 Bedford Way, London, WC1H 0AL

ISSN 2754-0308

GCRF

UK Research and Innovation

Resumo

Este protocolo visa explorar cinco conjuntos paralelos de princípios e ferramentas para desenvolver a Pesquisa-Ação Participativa (PAP) pela perspectiva da justiça climática. O documento estabelece como a identificação dos locais de impacto para a PAP deve ser estratégica e interativa, construindo uma teoria da mudança. Na segunda etapa, o protocolo explora a criação de grupos PAP, fundamentados em relações já existentes e reconhecendo a marginalização, através de diferentes ferramentas de análise de stakeholders. A terceira parte do protocolo descreve a convocação dos grupos PAP e o processo de imersão coletiva com questões de justiça climática, apresentando um exemplo de processo de envolvimento comunitário nas Ilhas Fiji. Na quarta parte do protocolo é considerado o planejamento de ações, moldado pelos princípios do reconhecimento da diversidade e da co-produção de conhecimento. Finalmente, é considerada a centralidade da aprendizagem nos processos PAP, e uma estrutura de monitoramento, avaliação e aprendizagem é oferecida. Em conjunto, estas cinco etapas oferecem um caminho a ser seguido pelos pesquisadores interessados em PAP, oferecendo tanto etapas práticas como princípios teoricamente fundamentados.

Sugestão de citação: Climate-U (2021) *Protocolo para Pesquisa-Ação Participativa sobre o Papel das Universidades na Justiça Climática: Princípios e Ferramentas*. Transforming Universities for a Changing Climate Working Paper Series, No. 3.

Conteúdo

Introdução **4**

Princípios e objetivo da investigação PAP **4**

Etapa 1: Identificação do local de impacto **6**

Ferramenta 1: Construindo uma Teoria da Mudança 8

Etapa 2: Identificação dos participantes do grupo e definição das funções **9**

Ferramenta 2A: Matriz de Stakeholders 9

Ferramenta 2B: Quadrante de influência / impacto 10

Ferramenta 2C: Mapeamento de Relacionamentos por meio de Redes de Atores 11

Etapa 3: Formação do Grupo **12**

Ferramenta 3: Envolvimento comunitário no contexto - um exemplo de Fiji 13

Etapa 4: Atividades de planejamento **14**

Ferramenta 4: Planejamento de Ação 15

Etapa 5: Estratégia para Documentação **16**

Ferramenta 5: Construindo uma estrutura MAA participativa 17

Conclusão **18**

Referências **19**

Abreviações e lista de figuras **21**

Introdução

A Mudança Climática é indiscutivelmente o maior desafio da atualidade. Este documento argumenta que as universidades têm um papel importante a desempenhar na contribuição para os esforços globais de mitigação e adaptação, além do seu trabalho estabelecido na investigação climática ou no estabelecimento de currículos centrados nas alterações climáticas. O documento é fundamentado em teorias de justiça climática que destacam a importância não apenas de reconhecer as mudanças físicas do nosso clima (que podem implicar em reparos técnicos), mas também as formas como as mudanças climáticas estão incorporadas em histórias de injustiça sócio-ecológica, moldadas pela intersecção de desigualdades tanto dentro das nações como entre elas. Este documento compreende a justiça climática como conectada a outras formas de justiça, incluindo a epistêmica, que exige o reconhecimento de múltiplas formas de conhecimento sensíveis ao contexto e ao poder, e que fazem a ponte entre a universidade e a sociedade em geral. Assim como o IPCC (2018) destaca no seu sumário para decisores políticos:

> **Educação, informação e abordagens comunitárias, incluindo aquelas informadas pelo conhecimento indígena e conhecimento local, podem acelerar as mudanças de comportamento em larga escala consistentes com a adaptação e limitação do aquecimento global a 1,5°C. Estas abordagens são mais eficazes quando combinadas com outras políticas e adaptadas às motivações, capacidades e recursos de atores e contextos específicos.**
> (IPCC 2018, 22)

Neste contexto, este documento baseia-se na premissa de que a Pesquisa-Ação Participativa (PAP) é uma abordagem que oferece um potencial particular para o envolvimento das universidades na crise climática. Para apoiar tais compromissos, este documento é concebido com um enfoque específico e prático. Estabelece um guia em cinco etapas para mobilizar a Pesquisa-Ação Participativa (PAP) no âmbito do ensino superior em torno de questões climáticas, e visa fornecer alguns princípios e ferramentas úteis, juntamente com a sugestão de algumas leituras chave que podem contribuir para aprofundamento o conhecimento e o envolvimento na temática. A bibliografia deste documento foi assim concebida para funcionar tanto como uma lista de referências, como um conjunto de possíveis recursos adicionais.

As abordagens deste documento baseiam-se no planejamento inicial do projeto de pesquisa "Transformando as Universidades para um Clima em Mudança" (Climate-U), que visa apoiar a formação e desenvovlimento de grupos PAP dentro das universidades no Brasil, Fiji, Quênia e Moçambique. Como tal, reflete as discussões e os interesses dos parceiros do projeto nestes quatro países. O processo e atividades propostas respondem às áreas de engajamento das universidades parceiras, dentro das suas prioridades e do âmbito deste projeto. No entanto, esperamos que este documento também possa gerar conhecimento para demais interessados em viabilizar a ação climática nas instituições e sistemas de ensino superior, através de iniciativas de PAP.

Princípios e objetivo da investigação PAP

Um conjunto chave de ideias influentes sobre o desenvolvimento da PAP pode ser atribuído a pensadores Latino-Americanos emancipadores como Paulo Freire e Orlando Fals-Borda, e à necessidade de "investigar a realidade para transformá-la" (Fals-Borda 2006, 353). Os projetos PAP são assim explícitos sobre os seus ***valores transformadores***, e muitas vezes começam com uma visão ou aspiração visando maior justiça (Walker e Boni 2020). Tal como Freire expôs na sua própria definição de PAP, esta preocupação com a justiça aplica-se não só aos resultados ou objetivos da pesquisa, mas também ao processo:

> **Aqueles que promovem a pesquisa-ação participante acreditam que as pessoas têm o direito universal de participar na produção de conhecimento, que é um processo disciplinado de transformação pessoal e social. Neste processo, as pessoas rompem as suas atuais atitudes de silêncio, acomodação e passividade, e ganham confiança e capacidades de alterar condições e estruturas injustas.**
> (Freire, citado em Boni e Frediani 2020, 480)

O princípio de focar em problemas reais - como a adaptação e mitigação das mudanças climáticas - através da pesquisa é assim sustentado por princípios em torno da ***participação***. Frequentemente a PAP é conduzida por investigadores treinados em colaboração com membros de uma comunidade ou organização, trabalhando através de hierarquias tais como as que existem entre gestores, funcionários e professores universitários, e preenchendo lacunas além dos muros da "torre de marfim". Todos os participantes no processo são compreendidos como co-aprendizes e co-produtores de conhecimento, com o objetivo de que todos sejam igualmente atendidos e responsáveis pelos resultados (Boni e Frediani 2020).

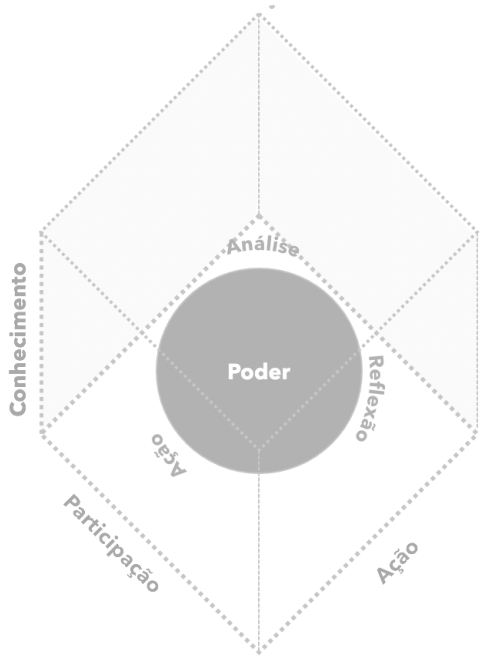
Na PAP, este compromisso com uma profunda ou "robusta" forma de participação é acompanhado por um compromisso de ação, o "A" de PAP. Este princípio de ***ação*** visa uma mudança substantiva e duradoura, mas também relações transformadas, nas quais as conexões existentes são fortalecidas e as dinâmicas associadas à autoridade e ao poder são alteradas. As formas de pesquisa-ação começam frequentemente com a questão, "como podemos melhorar a situação?" A PAP preocupa-se tanto com questões práticas quanto com o crescimento humano (Bradbury 2015).

Estas ações e processos democráticos e participativos em conjunto combinam numa forma de ***pesquisa***, o 'P' da PAP. As diferenciações por processo - pesquisando 'com' em vez de pesquisar 'sobre' - surgem em toda a PAP. O conhecimento é co-produzido, as questões de pesquisa são co-definidas, e as ações são co-implementadas. Isto contrasta com o processo linear da pesquisa convencional, no qual uma hipótese ou questão de pesquisa é gerada, planejada, investigada e relatada pelos próprios pesquisadores (German e Stroud 2007).

O princípio fundamental final da PAP é, portanto, sua natureza ***iterativa*** ou cíclica. A PAP é definida por ciclos de reflexão e análise, que alimentam tanto a expansão e aprofundamento da participação, como a definição de ações futuras. Para Gaventa e Cornwall, estes ciclos são formas de conscientização que incluem a auto-reflexão crítica dos participantes. Tais pausas cíclicas para avaliação e aprendizagem, argumentam os autores, podem gerar espaço, tempo e conhecimento para empoderamento (Gaventa e Cornwall 2008).

Estes cinco princípios da PAP - em torno de valores transformadores, participação, ação, pesquisa e iteração - estão naturalmente relacionados, e cada um deles infundido com poder. Boni e Frediani (2020) conceituam esta relação através de um "cubo PAP" (**Figura 1**) " no qual o poder se situa no centro dos ciclos iterativos que, reflexivamente expandem o conhecimento, a participação e os resultados da ação.

Figura 1: Cubo PAP *(Fonte: Boni & Frediani, 2020, p.482)*



As questões de poder são assim incorporadas ao longo de todo o processo PAP, mas também se relacionam com a forma como os processos PAP começam. Por iniciativa de quem eles começam? Como se reúnem os diferentes atores? Em alguns contextos, os processos PAP são impulsionados de baixo para cima pelos movimentos sociais de base ou pela organização comunitária em torno de uma preocupação particular de justiça, incluindo o clima. Em outros, incluindo o projeto Climate-U, a PAP é iniciada por equipes de pesquisa de universidades, com base em redes pré-existentes e atividades já em curso no território. Este tipo de iniciação é, portanto, profundamente sensível ao contexto. Requer um trabalho cuidadoso para assegurar que os processos não sejam "de cima para baixo", transformando e não cimentando hierarquias, e incorporando a mudança nas práticas "cotidianas" das comunidades para assegurar o uso sustentável dos processos e resultados da PAP (Kitagawa 2019).

As questões de poder no âmbito do processo de pesquisa levantam questões mais amplas de justiça. A justiça climática inclui questões de mitigação e adaptação, mas expande o enquadramento destas ações para reconhecer as desigualdades históricas e contemporâneas na contribuição para as emissões e os seus impactos. Abordagens sobre a justiça climática veem o nível de "manchete" de uma crise ecológica sustentado por: níveis estruturais em que os sistemas sociais e econômicos militam contra a sustentabilidade; níveis epistêmicos em que as práticas de conhecimento lutam contra as complexidades das mudanças climáticas; e níveis narrativos fundamentais em que as ideias sobre o que significa ser humano podem militar contra o desenvolvimento de relações sustentáveis com o planeta e com outros seres (Facer 2020). As abordagens veem conexões entre o clima e outras formas de justiça sócio-ecológica, e questionam como a transformação que funciona além destas fronteiras pode ser justa (Schlosberg, Collins, y Niemeyer 2017). Esta perspectiva de justiça levanta assim, questões para a PAP: como a PAP pode contribuir para mudança transformadora de maneira justa?

Este documento argumenta que a pesquisa-ação participativa centrada nas mudanças climáticas pode ajudar a fomentar a justiça por meio de:

- formas como os grupos de pesquisa-ação participativa são constituídos e geridos, visando apoiar a transformação dos indivíduos, grupos e instituições envolvidos;
- formas como os grupos de pesquisa-ação participativa se envolvem com comunidades fora deles, apoiando amplas bases de aprendizagem e desafiando as desigualdades;
- mudanças feitas no mundo externo (por exemplo, uma nova política/estratégia, um novo currículo, o plantio de árvores tanto nos campus universitários quanto em suas redondezas) que os grupos de pesquisa-ação participativa pretendem fazer.

No campo da PAP que se concentra nos contextos educacionais, uma forma útil de compreender o propósito transformador da PAP é através da ideia de "sistemas de aprendizagem empoderadora" (Clark, Biggeri, e Frediani 2019), na qual a ação individual e coletiva é fomentada tanto através do planejamento como da implementação dos processos PAP. As seguintes questões baseiam-se no conceito de sistemas de aprendizagem empoderadora de Clark, Biggeri e Frediani para refletir sobre como isto pode ser visto no contexto específico das mudanças climáticas:

1. **Instituições de apoio:** Em que medida as atividades do grupo de pesquisa-ação participativa tornam as instituições (ex. universidade, redes de grupos da sociedade civil, governo local) mais favoráveis à aprendizagem e às atividades de ação associadas à justiça climática? Como elas podem envolver-se com as economias políticas e

os motores estruturais da crise climática, e as maneiras como isso está inserido nas desigualdades históricas e contemporâneas?

2. **Relação de Solidariedade e Confiança**: Como as atividades do grupo de pesquisa-ação participativa estão contruindo e/ou fortificando as relações de confiança e solidariedade entre atores e grupos marginalizados que defendem e/ou estão envolvidos em processos de justiça climática? Que trabalho pode ser feito para aliviar e contestar a distribuição desigual dos encargos ambientais?
3. **Pedagogia Crítica:** De que forma as atividades do grupo de pesquisa-ação participativa favorecem reflexão e compreensão mais crítica sobre os impulsionadores, as experiências e as práticas de in/justiças climáticas? Como o grupo pode apoiar e destacar diversas maneiras de conceber relações não hierárquicas com a natureza e outros seres humanos?
4. **Resultados Emancipatórios:** Como os resultados das atividades de pesquisa-ação participativa podem influenciar políticas, normas, procedimentos e práticas associadas à justiça climática? Em que medida o impacto das atividades do grupo pode tornar as políticas e práticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas mais inclusivas e equitativas, apoiando processos restauradores e regenerativos que democratizem a governança climática em múltiplas e diferentes escalas?

Estas quatro dimensões da criação dos grupos PAP ajudam-nos a pensar como as ações de adaptação e mitigação estão inseridas no âmbito de relações sociais e ecológicas mais amplas. As seções seguintes do documento apresentam estes princípios em torno da natureza cíclica da PAP por meio de cinco etapas, e identificam dez princípios com os quais os interessados em conceber a PAP nas universidades devem comprometer-se. Embora cada etapa pareça diferente em contextos diferentes, argumentamos que é importante que cada etapa seja seguida. Em cada etapa, é fornecida uma ferramenta para promover de forma prática os princípios associados à etapa.

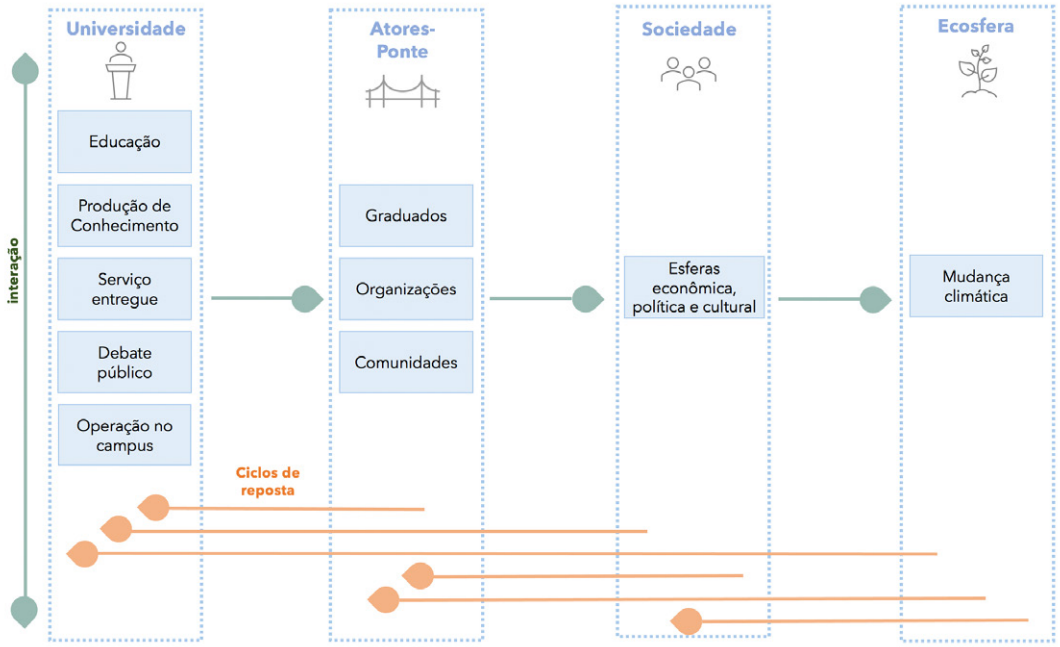
Etapa 1: Identificação do local de impacto

Para definir a "área de ação" na qual os grupos PAP trabalharão, é útil iniciar o processo de criação da PAP identificando o local de impacto que a iniciativa almeja. Qual é o principal foco de impacto para esta iniciativa? Algumas equipes poderão priorizar o enfoque nas normas e procedimentos universitários, para que as mudanças climáticas sejam consideradas mais seriamente nas operações cotidianas. Outras equipes poderão concentrar-se nos currículos universitários, abordando a forma como os cursos são elaborados, certificados e revisados. Os grupos PAP também podem focar as suas atividades nas comunidades desfavorecidas como locais primários de impacto, tentando melhorar a sua capacidade de adaptação e resposta às mudanças climáticas. Ou as atividades também podem ser voltadas ao impacto político e de planejamento, tentando influenciar as políticas locais ou nacionais em questões relacionadas com as mudanças climáticas. Ao definir o local de impacto, as equipes são capazes de esclarecer o propósito estratégico para a criação de grupos PAR. Um propósito estratégico envolve fazer perguntas coletivamente:

- Qual é a nossa motivação para fazer este trabalho?
- Que mudança queremos ver?
- Onde queremos que a mudança aconteça? Quem queremos envolver?

No projeto Climate-U, uma das formas em que compreendemos o impacto potencial das universidades nas mudanças climáticas é em termos de caminhos diferentes, seguindo a abordagem do *primeiro working paper* da nossa série (**Figura 2**, McCowan 2020):

Figura 2: Caminhos para o impacto (Fonte: McCowan, 2020, p.9)



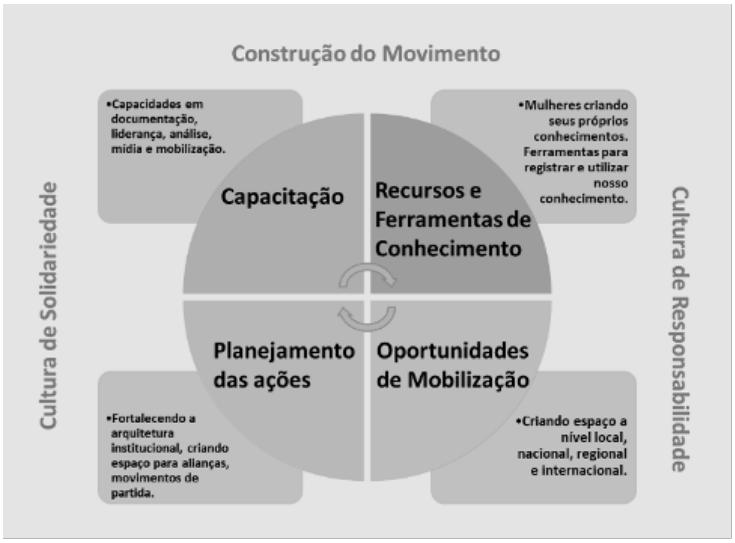
O propósito estratégico da criação do grupo PAP pode centrar-se em qualquer um destes caminhos de impacto ou pode incluir mais do que um. Uma ideia chave para compreender o impacto é pensar não só na forma como a universidade pode influenciar a sociedade em geral, mas como a sociedade pode influenciar a universidade. A "sociedade" aqui pode incluir comunidades afetadas pelas mudanças climáticas e nas quais as universidades estão situadas, mas pode também incluir outros grupos sociais, tais como os que participam no sistema educativo mais amplo, a indústria, a sociedade civil e as organizações não governamentais. Cada um destes grupos tem um conjunto de conhecimentos que pode contribuir para alcançar o propósito estratégico para os grupos PAP. Para Boaventura de Sousa Santos, estes grupos fornecem 'ecologias' de conhecimento, nas quais o conhecimento produzido a nível universitário está em diálogo com uma série de outras formas de conhecimento fora dos limites da instituição (Santos 2006).

Para apoiar o processo de definição do 'local de impacto', recomendamos que os grupos PAP desenvolvam uma 'teoria da mudança para o seu engajamento' inicial. O local de impacto e a teoria da mudança não pretendem ser um destino fixo ou um conjunto de objetivos, mas sim um ponto de partida, para ajudar as equipes a planejar as suas ações. Portanto, é crucial que a definição do local de impacto e a concepção da teoria da mudança sejam processos iterativos, como algo que será revisado, revisto e alterado à medida que o grupo avança nas suas atividades (Kindon, Pain, e Kesby 2007).

Uma teoria da mudança (TdM) deve ser enquadrada pelo local estratégico de impacto - que mudança queremos ver? - e teorias de como esta mudança pode acontecer. As teorias da mudança não são neutras em termos de valores, então requerem reflexão por parte da equipe de pesquisa sobre os seus valores fundamentais, e os mesmos tipos de reflexão uma vez constituídos os grupos PAP. Um exemplo disto pode ser uma teoria da PAP que se baseia em entendimentos feministas da relação entre injustiça de gênero e injustiça baseada no clima (Godden et al. 2020).Neste trabalho do Asia Pacific Forum on Women, Law and Development (APWLD) (Fórum Ásia-Pacífico sobre Mulheres, Direito e Desenvolvimento) o local estratégico de impacto - os movimentos de construção - é dividido em quatro componentes inter-relacionados: construção de capacidades; produção de novos conhecimentos, ferramentas e recursos; promoção de mobilização impactante e fortificação da arquitetura (Godden et al. 2020, 595). Este trabalho baseia-se nestes valores para moldar uma TdM em torno da forma como "os movimentos criam e sustentam a mudança". Este local de impacto visa fomentar a solidariedade e responsabilidade, apoiando a justiça de gênero e climática. As três dimensões seguintes ajudam a orientar a forma como uma TdM deve ser concebida e desenvolvida:

- Uma TdM deve ser co-criada com todos os participantes da PAP desde o início - isto ajuda a orientar o processo e a criar um senso de propriedade coletiva sobre as mudanças realizadas.
- Uma TdM funciona a múltiplos níveis e escalas: no projecto Climate-U haverá uma teoria de mudança abrangente que conceitua uma compreensão transcultural do impacto que as universidades podem ter nas ações climáticas que pretende ser comparativa, mas isto será traduzido a nível nacional, e em alguns contextos a nível institucional. Cada um destes diferentes níveis estará em diálogo entre si, e moldado de forma interativa ao longo do processo.
- A TdM deve incluir tanto o objetivo estratégico do processo participativo - a 'AÇÃO' na Pesquisa-Ação Participativa- quanto a mudança através do próprio processo - a natureza 'PARTICIPATIVA' deste processo democrático de pesquisa. A teoria deve ser concebida para refletir sobre mudanças tanto para os participantes centrais que integram os grupos PAP, quanto sobre mudanças para aqueles que participam em ações.

Figura 3: APWLD TdM *(Fonte: Godden et al., 2020, p.595)*



Ferramenta 1:
CONSTRUINDO UMA TEORIA DA MUDANÇA

Pode ser útil pensar em uma TdM em termos de quatro quadrantes que refletem sobre como a PAP apoiará transformações positivas em termos de recursos, agência, arranjos institucionais e o contexto sociopolítico mais amplo pelo qual o trabalho dos grupos PAP é enquadrado. Uma vez que essas dimensões são identificadas, é importante pensar sobre a relação entre elas. Preencher um diagrama como a Figura 4 pode ser um bom começo.

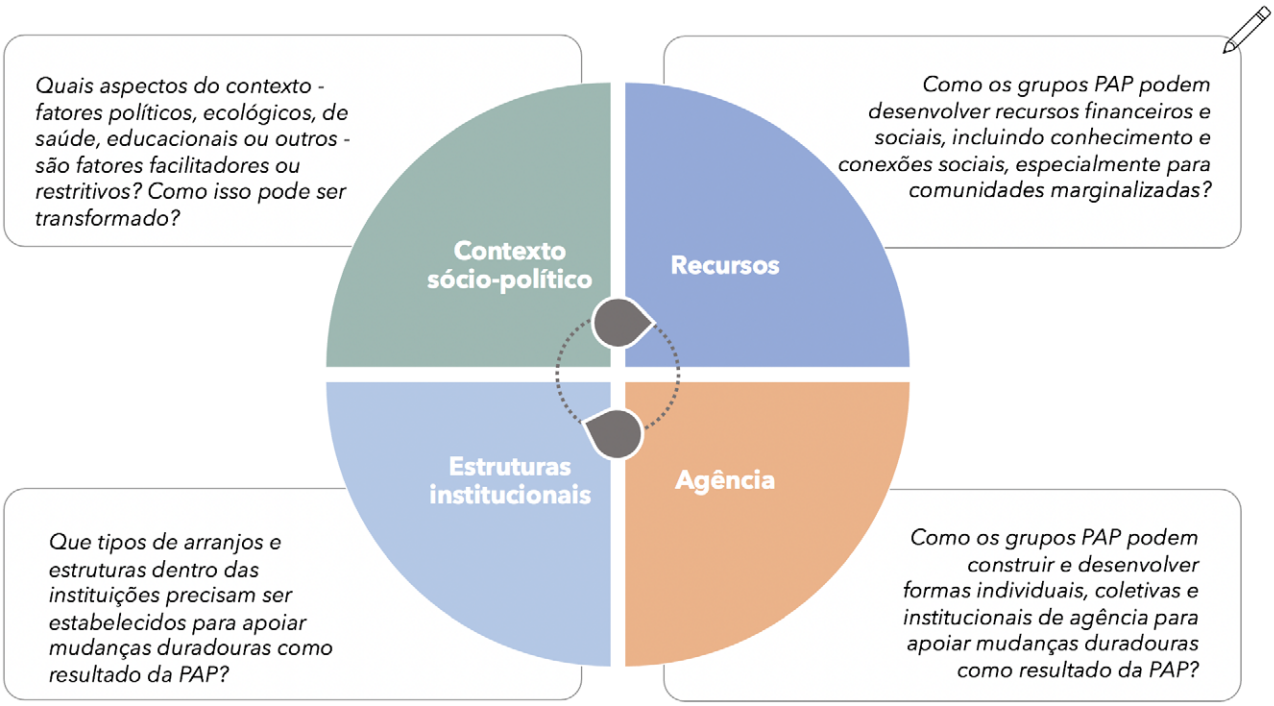


Figura 4: Construindo uma TdM *(Fonte: adaptado de Godden et al., 2020)*

Etapa 2: Identificação dos participantes do grupo e definição das funções

Definir quem deve estar envolvido nas atividades dos grupos PAP e como esse envolvimento deve ocorrer é um processo essencial e complicado de realizar. Um ponto de partida importante é ***ter como base*** histórias de trabalho e atividades de apoio em andamento. Ao mesmo tempo, precisamos ser sensíveis às relações de poder existentes entre os diferentes atores. Isto significa que precisamos envolver grupos considerando o reconhecimento de vozes e perspectivas marginalizadas. Recomendamos a realização de uma análise dos *stakeholders* (ver **Ferramenta 2A**), que mapeia os vários atores envolvidos no 'local de impacto' estratégico definido para as atividades do seu grupo.

Um " stakeholder", definido de forma mais simples, é alguém que detém uma "participação" ou interesse nas atividades e impacto a que se busca envolver. Mas as partes interessadas são diversas, e trarão diferentes formas de conhecimento, poder e influência aos grupos PAP. A análise de stakeholders é a identificação de todas as partes interessadas, secundárias e fundamentais que tenham interesse nas questões com que o projeto se ocupa (Golder, 2005). Isso visa desenvolver uma visão estratégica do contexto humano e institucional, e as relações entre os diferentes interessados e as questões que mais lhes preocupam. Abaixo estão três ferramentas diferentes porém relacionadas que são úteis para a realização de análises de stakeholders.

Ferramenta 2A
MATRIZ DE STAKEHOLDERS

A primeira ferramenta nos pede para identificar todos os diferentes tipos de organização relevantes para os nossos processos PAP, os stakeholders relevantes dentro desta organização, e as justificativas de por que seria interessante envolver estes stakeholders no processo PAP. Em diferentes países e contextos, os tipos de organizações dos stakeholders pode variar. Para a equipe de Moçambique no projeto Climate-U, o processo será guiado teoricamente pela abordagem da Hélice Quádrupla, a qual defende que a inovação regional é reforçada ao reunir quatro tipos diferentes de atores - academia, indústria, governo e sociedade civil (Roman et al. 2020). Algum tipo de base teórica para quem envolver, como essa, pode ser muito útil.

Após essas colunas sobre quem e por quê, a tabela nos pede para refletir sobre a melhor forma de envolver esses stakeholders (por exemplo, por quais tipos de métodos), seu nível de envolvimento (regular ou irregular) e o papel potencial que cada parte interessada pode ter (por exemplo, participação no grupo PAP central, ou por métodos mais estratégicos, como entrevistas com informantes-chave em momentos importantes do processo).

Nome do stakeholder	Tipo de organização	Motivo do convite	Papel no processo PAP	Qual a melhor forma de envolver?	Nível de engajamento	Detalhes do contato/ notas
	Ex. ONG / movimento juvenil	Ex. líder estudantil	Ex. grupo principal / informante-chave	Ex. reuniões mensais / convidados para eventos importantes	Ex. regular / estratégico	

Em um estudo envolvendo vários países, como o projeto Climate-U, pode ser útil pré-definir alguns atores comuns nos grupos PAP. Nos quatro países, palestrantes, estudantes, gestão universitária, comunidade local e pesquisadores estarão envolvidos. Membros adicionais do grupo PAP irão variar e serão determinados após a análise de stakeholders. Não haverá um número fixo de participantes PAP – isso dependerá do tipo de intervenção e das categorias de partes interessadas envolvidas - mas entre dez e quinze é um número provável de participantes para o grupo PAP central. É importante considerar também outros aspectos, como garantir que o seu grupo PAP tenha um bom equilíbrio de gênero, bem como equilibrar outras categorias relevantes de desigualdades, como etnia ou classe.

Uma segunda ferramenta útil é projetada para ajudar a mapear o poder dentro do processo PAP e para estruturar os grupos de forma a reconhecer as vozes marginalizadas. Essa ferramenta pode ajudar a orientar questões sobre o engajamento de partes interessadas específicas e qual pode ser seu papel no processo PAP. Compreender a dinâmica de poder que sustenta a PAP é importante, não apenas para garantir que os grupos sejam inclusivos em termos de quem é convidado a participar, mas também para orientar a gestão dos grupos, garantindo que nenhum indivíduo ou grupo domine o processo.

Ferramenta 2B
QUADRANTE DE INFLUÊNCIA / IMPACTO

Esta ferramenta utiliza perguntas reflexivas que devem guiar este processo de adicionar stakeholders à matriz e avaliar sua influência ou impacto no processo, tais como:

- Quem é diretamente responsável pelas decisões sobre questões importantes para o projeto?
- Quem ocupa cargos de responsabilidade nas organizações interessadas?
- Quem é influente na área do projeto (áreas temáticas e geográficas)?
- Quem será direta e indiretamente afetado pelo projeto?
- Quem promoverá/apoiará o projeto? Quem pode atrapalhar?
- Quem já esteve envolvido na área (temática ou geográfica) no passado?
- Quem foi deixado de fora dessas conversas no passado e agora deve ser incluído?

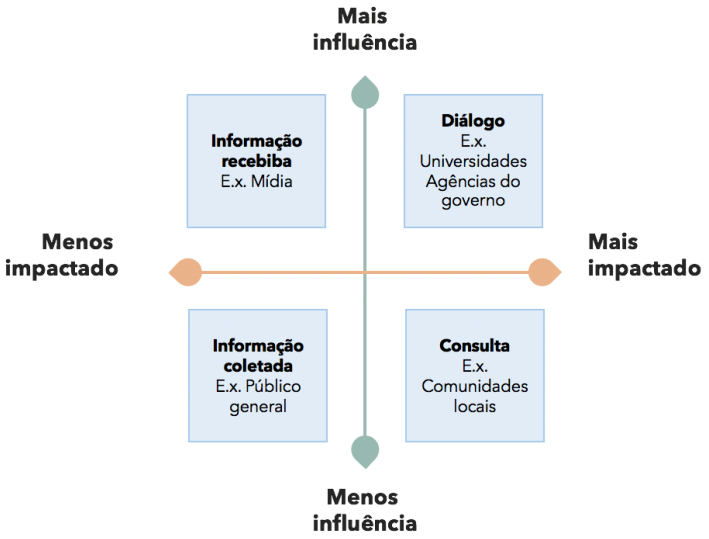


Figura 5: Exemplo de quadrante de influência / impacto *(Fonte: Adaptado de Golder, 2005)*

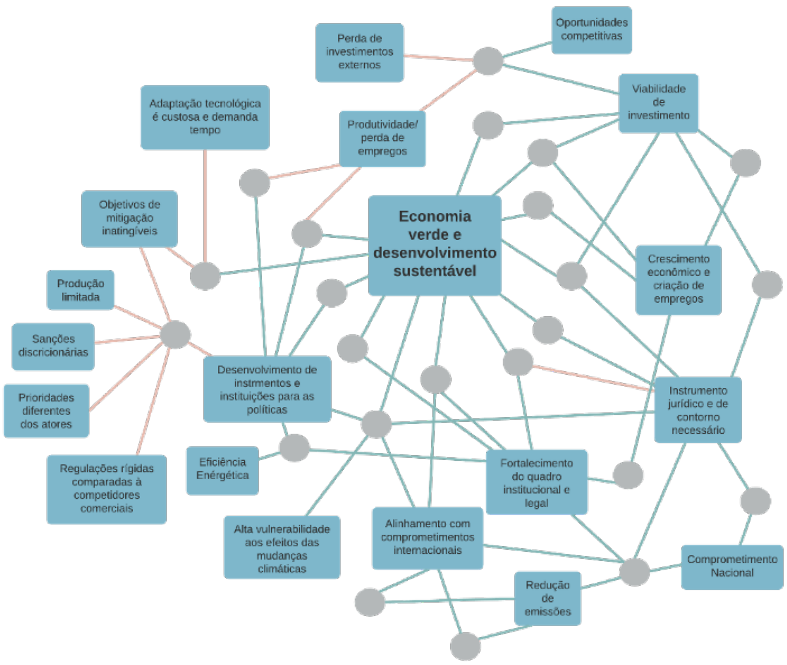
Finalmente, os grupos PAP precisam estar fundamentados em relacionamentos contínuos que possam ser apoiados e desenvolvidos durante o processo. A chave para fundamentar o processo PAP é identificar onde já existam redes de atores. Esta poderia ser uma ferramenta útil e facilitadora em uma reunião antecipada dos grupos PAP, para ajudar a construir a colaboração dentro do grupo. Uma alternativa é conduzir entrevistas iniciais e/ou grupos focais com cada membro do grupo PAP proposto, para entender seu trabalho e as relações até o momento em que os grupos são formados.

Ferramenta 2C

MAPEAMENTO DE RELACIONAMENTOS POR MEIO DE REDES DE ATORES

As análises da Teoria Ator-Rede (TAR) oferecem uma maneira útil de construir vínculos entre instituições e indivíduos, com atores e instituições poderosas atuando como 'nós'. Para desenvolver uma análise TAR, um pequeno grupo de participantes é convidado a discutir sobre indivíduos e instituições que desempenham algum papel na definição de sua situação. Os nós de conexão podem ser grandes ou pequenos, sinalizando o quão importante podem ser, ou a extensão do trabalho que foi feito. Uma vez que esses indivíduos e instituições tenham sido mapeados, os participantes devem ser convidados a organizá-los para indicar quais indivíduos ou instituições trabalham juntos, para ajudar a:

- mostrar quais indivíduos e instituições podem desempenhar um papel na formação da adaptação e mitigação às mudanças climáticas em vários contextos
- agrupar indivíduos e instituições que trabalharam juntos, para que novas parcerias possam ser construídas e parcerias existentes fortificadas
- destacar a extensão do envolvimento de cada parte interessada e identificar os pontos de entrada para envolvimento futuro
- adicionar frases ou palavras específicas para sugerir links temáticos ou discursivos, que possam ser o ponto de partida para a análise da mudança durante o processo



A consciência dessa dinâmica pode ajudar a propor valores do grupo, como a partilha de responsabilidades, respeito mútuo por opiniões diversas, experiência ou especialização, e o envolvimento igual na tomada de decisões. Essas análises também podem ser usadas no estágio de relatório do projeto para analisar de que maneira os relacionamentos mudaram durante o processo, como uma ferramenta de pré e pós-avaliação, conforme explorado na etapa 5 deste documento. O mapeamento da dinâmica das partes interessadas também informará os processos éticos de convocação do grupo, conforme explica a próxima seção.

Figura 6: Exemplo de Teoria Ator-Rede no mapeamento de Coalizões a favor e contra a Lei Geral de Mudanças Climáticas do México, de 2012.

(Fonte: adaptado de Ortega Díaz e Gutiérrez 2018)

Etapa 3: Formação do Grupo

À medida que os grupos são formados, é importante compartilhar motivações e expectativas para ingressar no grupo, para iniciar um processo de desenvolvimento de intenção coletiva para as atividades PAP. Enquanto isso, parte da essência da PAP é o envolvimento com as questões por meio da experiência e da perspectiva de grupos marginalizados. Portanto, um passo inicial fundamental na formação de uma intenção coletiva do grupo é possibilitar um processo de ***imersão coletiva***. Isso pode ser feito permitindo que grupos marginalizados e mais vulneráveis se enquadrem e exponham suas experiências de mudança climática. Este processo de engajamento da comunidade precisa ser feito de forma ética, evitando o risco de extração ou instrumentalização das interações da comunidade.

A ferramenta a seguir reflete sobre sete dimensões do envolvimento comunitário a partir da perspectiva de Fiji. Fiji é um país multicultural que possui diferentes crenças para diferentes contextos culturais. No entanto, existem algumas práticas comuns nesses diferentes contextos, que serão discutidos aqui para orientar nosso trabalho. Essa prática é descrita em Nabobo-Baba (2006) *Vanua* Research Framework e Lagi (2015) *Na Bu ni Ovalau* Research Framework. No contexto de Fiji, vanua é o aspecto mais importante da vida de uma pessoa, pois é o ponto central de sua sobrevivência (Nabobo-Baba 2008). *Vanua* inclui o chefe ou chefes relacionados de uma determinada localidade em Fiji, seu povo e seus relacionamentos, sua terra, espiritualidades, sistemas de conhecimento, culturas e valores (Nabobo-Baba 2008, 4). É também a terra, o mar, o cosmos, as pessoas, todas as coisas vivas, os espíritos, em um "lugar" específico e como cada um deles está relacionado e é responsável um pelo outro. Inclui também a cultura, tradições, conhecimento, habilidades e formas de conhecer, amor, paz, prosperidade e comunalismo (Lagi 2015, 54). *Vanua* é regulada por costumes, tradições, ética, rituais e práticas (Lagi 2015, 55). Portanto, é importante que os pesquisadores ou pessoas que desejam trabalhar nas comunidades de Fiji estejam cientes disso e os pratiquem.

De acordo com Nabobo-Baba (2006) a pesquisa conduzida nas comunidades de Fiji deve beneficiar os membros da comunidade atendendo às suas necessidades. Além disso, os valores culturais, protocolos, processos de conhecimento e crenças da comunidade devem ser considerados, e o vernáculo deve ser a língua de conversação. Os pesquisadores também precisam estar cientes da etiqueta em relação ao vestuário, disposição dos assentos, quando e como se mover pelos espaços e quando observar o silêncio. O uso do vernáculo permitirá que os participantes se expressem livremente como tal e estejam abertos para trocar e dar informações relevantes para a pesquisa ou projeto (Lagi 2015). (Ferramenta 3, próxima página)

Além do envolvimento comunitário, os próprios grupos PAP precisam ser facilitados de forma ética. Todas as pesquisas são regidas pela ética da pesquisa, que pode incluir o respeito pelas pessoas, o princípio de "não causar danos" ou o foco em contribuir para a justiça. Mas a pesquisa participativa tem um compromisso ético mais profundo, além dos processos técnicos de obtenção de aprovação ética no início do projeto (Brydon-Miller 2008),), com a ética dos encontros "cotidianos" em reuniões PAP (Banks et al. 2013). A ética "cotidiana" da pesquisa participativa inclui um compromisso com: representação, responsabilidade, capacidade de resposta social, agência e reflexividade (Manzo e Brightbill 2007, 36-9):

- A PAP reconhece a capacidade dos participantes de se representarem na pesquisa e moldarem a direção do processo. Os defensores da PAP compartilham e esclarecem funções, responsabilidades e tomadas de decisão continuamente.
- PAP amplia a responsabilidade acadêmica tradicional; como os pesquisadores participativos estão comprometidos com a colaboração como um meio de construir conhecimento e promover mudanças sociais positivas, eles têm múltiplas responsabilidades e também são responsáveis perante os próprios participantes, bem como os parceiros e as comunidades onde trabalham.
- Por ser colaborativa e orientada para a mudança, a PAP exige que os pesquisadores respondam às necessidades e perspectivas dos participantes. Pesquisadores e participantes reconhecem que estão perpetuamente em relação uns aos outros: a ética da responsividade social produz um processo de pesquisa que é fluído e flexível.
- A PAP exige comportamento ético não apenas do pesquisador, mas estende essa exigência aos próprios participantes. Ela amplia o princípio ético de respeito pelas pessoas: cada participante em um processo PAP tem o direito a dispor de uma voz e de uma contribuição valiosa, apoiando a capacidade de cada um de iniciar e implementar mudanças.
- Os participantes devem refletir sobre suas próprias crenças, motivações e ações, e torná-las visíveis na pesquisa e análise.

Qualquer facilitador de grupos PAP precisa estar ciente não apenas da dinâmica de poder dentro do grupo, mas também de sua própria posição. Isso pode ajudar a mediar o poder e o privilégio dentro da pesquisa, diminuindo a distância entre diferentes indivíduos e grupos, apoiando encontros baseados na confiança e no respeito (Muhammad et al. 2015). Um dos principais encontros éticos "diários", portanto, requer uma importância particular para a dinâmica de facilitação de grupos PAP. Chambers

Figura 7. Preceitos de PAP *(Fonte: Chambers, 2007, p.9)*

Preceito...	indicando...
Apresente-se...	seja honesto, transparente
Eles podem fazer isso...	tenha confiança nas habilidades das pessoas
Desaprenda...	reflita criticamente sobre como você vê as coisas
Pergunte a eles...	pergunte às pessoas sobre suas realidades, prioridades
Não se apresse...	seja paciente, leve o tempo que for necessário
Sente-se, escute e aprenda...	não domine
Seja facilitador(a) do diálogo...	não palestre, critique ou ensine
Acolha os erros...	aprenda com o que dá errado ou não funciona
Passe a vez...	ou a caneta ou o giz, qualquer coisa que empodere
Use seu bom senso...	Assuma responsabilidade pelo que faz
Cale-se!...	Mantenha-se quieto. Acolha e tolere o silêncio

Ferramenta 3

ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO CONTEXTO - UM EXEMPLO DE FIJI

1. **Planejamento e preparação** adequados para que o tempo nas comunidades seja produtivo e construtivo para os interesses da comunidade.
2. **Isevusevu ou protocolo de entrada:** ao entrar em uma aldeia de Fiji, ou antes de realizar qualquer atividade de pesquisa, permissão deve ser concedida pelos guardiões, como o chefe da aldeia ou o chefe da comunidade. Isso facilitará o apoio dos membros da comunidade.
3. **A fase talanoa ou vitalanoa (multilogo)** onde as "regras de engajamento" são discutidas e também onde a troca de informações ocorrerá. Talanoa é a forma culturalmente aceita de compartilhar informações oralmente, nas comunidades fijianas, por meio da qual decisões importantes, negociações, diálogos e ensino em uma comunidade indígena fijiana são tomadas.
4. **Relatório, análise e validação** das informações coletadas - ao final da Talanoa, as informações coletadas serão analisadas e comunicadas aos membros da comunidade para validação. Uma vez aceitas pelos participantes, elas pode ser usado em pesquisas.
5. **Presente ou reciprocidade** - retribuir a propriedade intelectual e o conhecimento compartilhado pelos membros da comunidade é um aspecto significativo do trabalho com as comunidades de Fiji. Isso deve ser feito no final da atividade ou pesquisa, antes de deixar a comunidade.
6. **Itatau é o protocolo de saída ou saída temporária em que o pesquisador solicita a saída temporária do local de pesquisa ou da comunidade.** Antes de os pesquisadores deixarem a comunidade, eles devem informar aos membros da comunidade que vão partir. Durante este protocolo, a comunidade dará suas bênçãos para a jornada.
7. **Relatar ou revisitar o lugar da pesquisa ou comunidade.** Depois que a pesquisa ou projeto tiver terminado com sucesso, é apropriado homenagear os vanua informando-os da conclusão da pesquisa ou projeto. Isso é significativo, especialmente para um indígena fijiano que está realizando a pesquisa ou projeto, para que a comunidade saiba que sua contribuição não foi em vão. Em troca, a comunidade pode organizar uma festa e dança vakacirisalusalu para marcar o sucesso da pesquisa ou projeto.

Figura 8. 7 dimensões do envolvimento comunitário
(Fonte: Nabobo-Baba, 2006; Lagi, 2015)

(2007) desenvolve um conjunto de preceitos norteadores para facilitar os grupos PAP, como provocações tanto para os próprios pesquisadores da ação participativa, quanto para orientar os participantes em suas interações entre si (Figura 7).

Com base nesse processo de envolvimento da comunidade e facilitação ética, um possível resultado dessas etapas é que o grupo também poderia, em conjunto, desenvolver um conjunto de princípios-chave em torno de como os participantes do grupo gostariam de trabalhar juntos. Este resultado pode ser abordado como um "contrato social" endossado pelos membros do grupo e que pode ser útil em momentos de desacordo e tomada de decisão.

Etapa 4: Atividades de planejamento

Após o desenvolvimento de um entendimento coletivo sobre os objetivos do grupo, bem como o seu contrato social, os participantes podem organizar com mais detalhes as atividades que desejam implementar juntos. ***A coprodução de conhecimento*** (Osuteye et al. 2019) é uma característica fundamental das iniciativas de pesquisa-ação participativa, uma vez que diversos atores se reúnem para produzir conhecimento e possibilitar a aprendizagem coletiva. Portanto, o plano de atividades precisa delinear como esse processo coletivo de pesquisa, aprendizagem e ação ocorrerá.

Nesta fase, é crucial ser sensível e ***reconhecer a diversidade*** em relação ao acesso dos participantes aos recursos, capacidades, bem como às condições sócio-políticas. Haverá também uma grande variedade de motivações e aspirações associadas ao planejamento e à participação nas atividades de pesquisa-ação. O reconhecimento de diversas capacidades, motivações e aspirações no grupo é fundamental para valorizar diferentes tipos de conhecimento e experiência, bem como promover a distribuição equitativa de funções e responsabilidades dentro do grupo. Em segundo lugar, é importante projetar atividades considerando os ciclos espirais de aprendizagem pela ação (Experiência, Entendimento, Plano, Agir e avaliar: veja a Figura 9).

Com base na natureza cíclica da PAP, quatro conjuntos diferentes de atividades podem ser identificados (Figura 10). Esses conjuntos incluem atividades voltadas para a construção de capacidades e conhecimento dos grupos PAP, avaliação do problema que o grupo deseja abordar, traduzindo essas análises em ações, por meio do planejamento e, em seguida, implementando e refletindo sobre o sucesso dessas ações. Cada uma dessas atividades funcionará em um ciclo - o cronograma pode ser acordado com flexibilidade dentro das instituições ou planos PAP nacionais - mas, após cada ciclo, os principais marcos devem ser identificados. A ferramenta a seguir ajuda a traduzir esses processos cíclicos em um conjunto de ações.

Figura 9. Ciclos PAP *(Fonte: Velasco, 2013)*

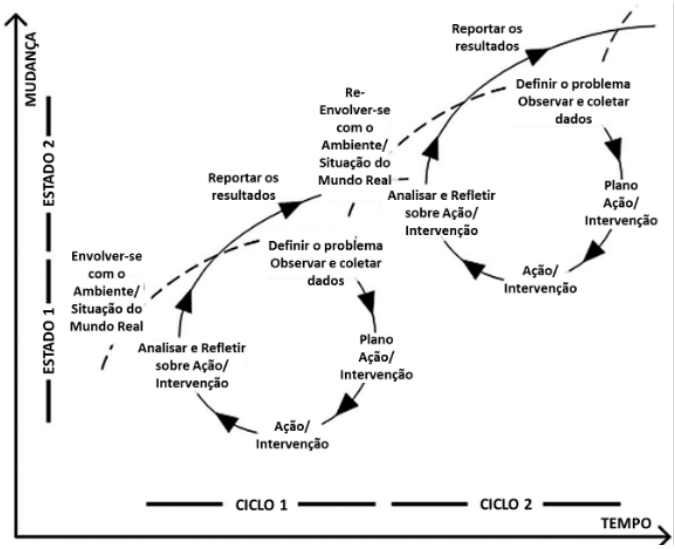


Figura 10: Planejamento de Ação Cíclica *(Fonte: Climate-U, 2021)*

Ferramenta 4
PLANEJAMENTO DE AÇÃO

Nos processos PAP é importante estar ativo, no sentido de que os processos de planejamento promovem ações estratégicas e de longo prazo, bem como atividades imediatas e de curto prazo. Nesse sentido, os processos PAP reconhecem a necessidade de atuar em conjunto, não apenas com o objetivo de alcançar os resultados particulares, mas também para fomentar relações e vínculos coletivos. Além disso, as ações precisam abraçar a necessidade de 'ganhos rápidos', abordando os desafios imediatos e construindo energia para a mudança, bem como uma visão estratégica sobre como uma sequência de ações pode construir caminhos para avançar as visões estratégicas de mudança.

O preenchimento coletivo da seguinte tabela, que representa um ciclo de ação, pode ser uma atividade útil para os grupos PAP para ajudar a identificar um conjunto estratégico e sequencial de ações. As principais questões a serem discutidas em conjunto são "como" e "com quem" interagir em cada estágio. Dentro dos ciclos de planejamento, há uma diferença importante entre as ações que podem ser tomadas imediatamente e as ações de longo prazo ou mais estratégicas. Ações imediatas podem ser vistas como oportunidades mais fáceis que constroem confiança coletiva, mantêm o ritmo e aprofundam a reflexão por meio da ação. Tabelas como essas podem ajudar a dividir o local estratégico geral de impacto nesses conjuntos menores de ações de curto, médio e longo prazo.

Ciclo	**Objetivo**	**Como?**	**Quem?**
Experiência	Envolvimento com a configuração do mundo real		
Entendimento	Envolvimento com as principais partes interessadas, avaliação, geração de dados		
Planejamento	Preparo da ação para gerar mudanças positivas		
Ação e Avaliação	Fase de implementação; inclui reflexão de grupos PAP e do público-alvo		

Etapa 5: Estratégia para Documentação

A parte de 'pesquisa' da abordagem de Pesquisa-Ação Participativa pode ter dois significados-chave diferentes. Dentro da PAP, os grupos podem querer realizar pesquisas empíricas dos tipos mais tipicamente entendidos como "pesquisa" - tentando descobrir, por exemplo, como as mudanças climáticas são entendidas ou integradas em cursos entrevistando professores ou gestores dentro das universidades. Mas a segunda dimensão da "pesquisa" na PAP também é importante e se concentra em aprender com o próprio processo. Isso dá uma compreensão ampliada da ***aprendizagem***, onde as avaliações de sucesso da PAP enfocam não apenas os resultados de aprendizagem tradicionalmente entendidos (tanto para membros do grupo PAP quanto para beneficiários de atividades), mas formas de aprendizagem que são pessoais, coletivas ou institucionais, e que se direcionam à grupos sociopolíticos ou institucionais transformados e com contribuição ampliada.

Um aspecto chave da pesquisa PAP é, portanto, documentar o processo de criação e implementação das atividades dos grupos. Isso é importante por dois motivos: 1) para apoiar o processo de ***reflexividade*** do grupo, aprofundando assim o aprendizado gerado pelas atividades de pesquisa-ação participativa; e 2) para compartilhar experiências e lições aprendidas com os outros grupos do projeto, ajudando na análise comparativa para responder às questões de pesquisa abrangentes comuns. Nesse sentido, esse processo de documentação precisa captar até que ponto o grupo conseguiu avançar nos objetivos que se propôs a alcançar, bem como as lições pessoais e coletivas aprendidas com o processo.

Documentar o aprendizado do grupo PAP é um dos aspectos mais importantes da pesquisa e deve ser feito desde o início. Como pesquisadores, devemos também escrever diários reflexivos ou notas que ajudem a revelar nossas suposições subjacentes, trabalhar os desafios e pensar nas oportunidades. É importante reconhecer que documentar a experiência subjetiva das interações cotidianas (tanto para os membros do grupo PAP quanto para a equipe de pesquisa) é uma parte importante do conjunto de dados.

O primeiro estágio do desenvolvimento de uma estrutura participativa de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MAA) é decidir sobre uma questão de pesquisa para a PAP. No projeto Climate-U, a questão MAA é:

> "Como as atividades da PAP apoiam a transformação das universidades para um clima em mudança?"

Para nos ajudar a responder à questão MAA e documentar as atividades de nosso processo PAP, precisamos de uma combinação de métodos diferentes. MAA são três atividades distintas mas relacionadas que, juntas, contribuirão para documentar as atividades de PAP. Na PAP (como em todas as pesquisas), é importante reconhecer que a geração de dados não é neutra e que métodos particulares carregam valores e pontos de vista teóricos. Em um projeto com diversos países como o Climate-U, diferentes equipes podem usar diferentes métodos para monitorar, avaliar e capturar o aprendizado em seus processos PAP. Construir esses diferentes métodos na estrutura MAA é o primeiro passo para a análise coletiva; a segunda etapa será desenvolver uma estrutura analítica, que se baseia em uma teoria coletiva de mudança. O processo contínuo e coletivo de engajamento crítico com a literatura metodológica que explora o uso e os valores subjacentes a esses métodos, bem como suas complementaridades, significa que protocolos como este são documentos vivos. Veja a **Ferramenta 5**, próxima página.

A seguir estão alguns métodos possíveis, que podem ser úteis no processo de MAA:

Métodos de monitoramento

Os principais indicadores de desempenho (do inglês, KPIs) podem ser selecionados por cada grupo PAP coletivamente (Shah 2004). Esses indicadores dependem de cada atividade, mas podem estar relacionados a indicadores como número de eventos realizados; número de alunos/membros da comunidade envolvidos; diversidade de participantes, como equilíbrio de gênero ou posição social. Esses indicadores devem ser projetados no início de cada ciclo, permitindo a reflexão sobre quaisquer lacunas entre os resultados pretendidos e reais das atividades planejadas.

Métodos de avaliação

Na fase de avaliação, as questões irão variar de acordo com cada país e abordagem PAP, bem como dentro de diferentes ciclos. É imperativo envolver todas as partes interessadas nessas atividades - desde professores/pesquisadores até membros da comunidade local. Um aspecto importante desse componente é ter participantes atuando como pesquisadores: com a oportunidade de orientar as ações, refletir sobre as mudanças potenciais e contribuir com recursos adicionais (Van Mierlo et al. 2010). Diários, vídeos, desenhos, fotografias e outras formas interativas de mapeamento (incluindo recursos virtuais) podem ajudar a capturar essas interações.

Para avaliar a alfabetização sobre as mudanças climáticas e os resultados das mudanças de comportamento, uma estratégia útil pode ser pré e pós-testes (Martí 2016). O mesmo questionário (com questões específicas relacionadas ao contexto de cada grupo PAP) pode ser aplicado ao mesmo grupo de cada ciclo, antes e depois da intervenção (por exemplo, curso, treinamento, experiência), e também a um grupo de controle que não realizará parte da PAP. Cada elemento do questionário pode ser comparado entre as duas situações para avaliar as diferenças na educação em mudanças climáticas e mudança de comportamento dos participantes. Esses métodos quantitativos podem fornecer um panorama útil da mudança, que complementa métodos qualitativos mais aprofundados e exploratórios, que tendem a fazer perguntas de "por que" e "como". Essas ferramentas qualitativas podem ser semiestruturadas, permitindo o surgimento de resultados pretendidos e não pretendidos. Recursos visuais, como fotografias, mapas ou desenhos, podem ser uma maneira útil de iniciar discussões em entrevistas e grupos focais. Com problemas complexos como mudanças climáticas ou saúde pública, as avaliações precisarão ser flexíveis e adaptáveis, capturando formas de mudança "profundas" e superficiais (Charnes 2014).

Ferramenta 5

CONSTRUINDO UMA ESTRUTURA MAA PARTICIPATIVA

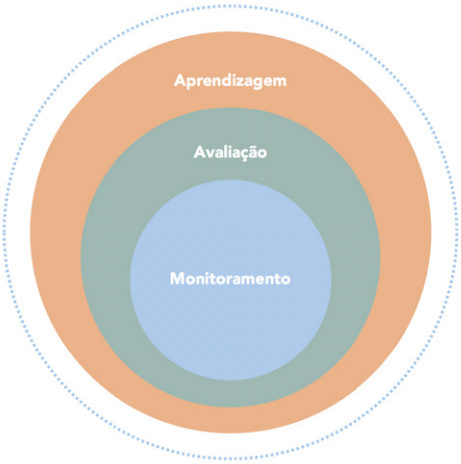


Figura 11. Alinhamento de MAA na PAP
(Fonte: Climate-U, 2021)

Monitoramento: essa parte do processo de documentação corresponde à mensuração das ações individuais que, juntas, compõem o local estratégico de impacto. O monitoramento é frequentemente o componente mais quantitativo, envolvendo o desenvolvimento de indicadores-chave de desempenho (KPIs) para monitorar cada PAP ao longo dos ciclos. Ele pode ser usado para gerar perguntas para os componentes de avaliação - por exemplo, se os KPI revelarem um desequilíbrio de gênero ou a ausência de um determinado tipo de parte interessada, os motivos podem ser explorados com metodologias mais aprofundadas. O monitoramento enfoca os processos dentro do grupo e as atividades que o grupo realiza.

Avaliação: esta parte da documentação avalia em que medida o local estratégico de impacto foi afetado e está em diálogo com a teoria da mudança. Até que ponto os grupos alcançaram o que pretendiam fazer? Que resultados inesperados surgiram? Algum dos impactos esperados não foi alcançado? Se sim, por que não? Esta parte da documentação pode incluir variados métodos, como entrevistas, grupos focais, mapeamento e ferramentas de classificação, bem como métodos quantitativos, como pré e pós-avaliações para avaliar a mudança. Mais uma vez, a mudança pode ser avaliada tanto como interna aos grupos PAP, quanto em termos de compromissos externos com as ações que os grupos realizam.

Aprendizagem: esta parte da documentação é a mais ampla e inclui a reflexão sobre os componentes de monitoramento e avaliação, bem como a verificação de outras formas de aprendizagem. Esta reflexão está incorporado em toda a PAP e pode alimentar os ciclos de ação. 'Aprendizagem' em PAP está muitas vezes ligada a resultados pessoais, institucionais e coletivos para os participantes e aqueles com quem eles se engajaram. 'Aprender', neste sentido, também está relacionado ao poder e aos objetivos emancipatórios do grupo PAP. Como os participantes veem a si mesmos e seu grupo ao longo do processo? Como os arranjos institucionais são alterados? Capturar essa aprendizagem é a parte menos estruturada e mais qualitativa dos métodos mistos, e pode ser explorada por meio de métodos que tomam como ponto de partida uma questão aberta - "o que mudou desde o início deste processo?"

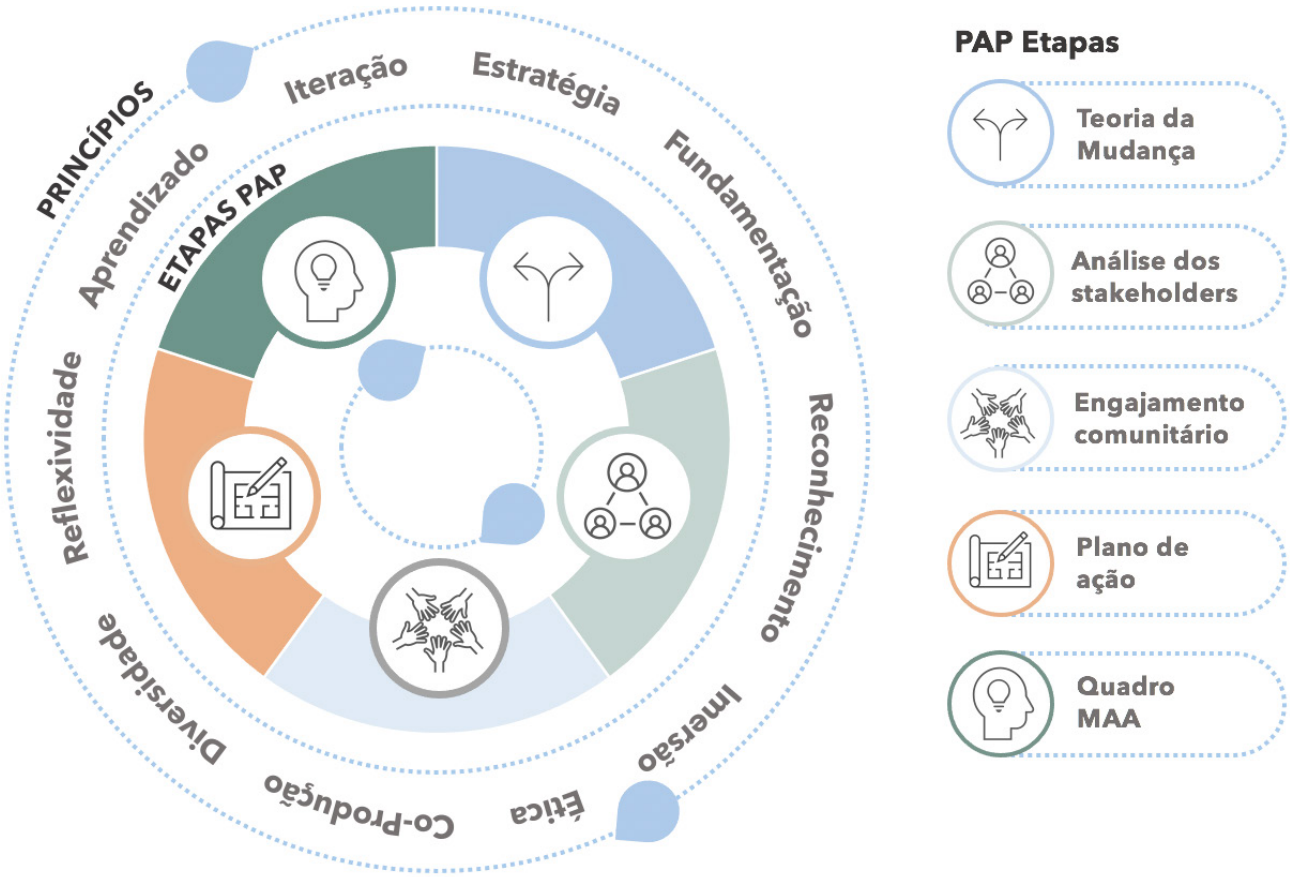
Métodos para capturar a aprendizagem

Em um projeto focado em ambientes educacionais, "aprendizagem" pode ser um termo um pouco confuso. Esse termo incluirá o que tradicionalmente entendemos como resultados de processos de aprendizagem, como o foco mais técnico em alfabetização climática ou competências de sustentabilidade social, que são comuns na literatura climática (Rey-Garcia e Mato-Santiso 2020). Pode incluir também o desenvolvimento de conhecimento individual, bem como valores, normas e atitudes, e mudanças nas práticas ou interações. Aprendizagem também irá se referir à aprendizagem coletiva, que atende particularmente às mudanças nas relações da comunidade com as principais partes interessadas, como tomadores de decisão ou membros do governo, e pode melhorar as formas democráticas de tomada de decisão em torno do clima (Campos et al. 2016; Youssoufa Bele, Jean Sonwa, e Tiani Anne 2013).Também pode incluir mudanças institucionais, como o estabelecimento de estruturas ou espaços específicos que promovam o conhecimento e o engajamento coletivo. Documentar essa aprendizagem exigirá o desenvolvimento de um conjunto de métodos diferentes, nos quais as diferentes experiências são trianguladas e exploradas.

Conclusão

Como o protocolo deixou claro, a PAP é um processo cíclico e, portanto, embora as etapas neste protocolo sejam apresentadas de forma linear, o processo de configuração e engajamento com as ações e reflexões da PAP pode vir a ser mais orgânico, iterativo e cíclico. Assegurar que o trabalho de engajamento com as ferramentas aqui expostas seja paralelo aos princípios que as orientam, deve ser uma estrutura útil para a constituição de grupos PAP engajados em ações climáticas, seja nas universidades ou fora delas. Cada uma dessas ferramentas pode fornecer um produto útil para análise dentro dos processos PAP e se tornar parte da documentação. A Figura 12 conceitua esse processo paralelo de princípios e ferramentas, como um lembrete visual das relações entre eles.

Figura 12. Cinco etapas e dez princípios para desenvolver um processo PAP *(Fonte: Climate-U, 2021)*



Referências

Banks, Sarah, Andrea Armstrong, Kathleen Carter, Helen Graham, Peter Hayward, Alex Henry, Tessa Holland, et al. 2013. "Everyday ethics in community-based participatory research." *Contemporary Social Science* 8 (3):263-77. doi: 10.1080/21582041.2013.769618.

Boni, Alejandra, and Alexandre Apsan Frediani. 2020. "Expanding Capabilities through Participatory Action Research." In T*he Cambridge Handbook of the Capability Approach*, edited by Enrica Chiappero Martinetti, Siddiqur Osmani and Mozaffar Qizilbash. Cambridge: Cambridge University Press.

Bradbury, Hilary. 2015. "Introduction: How to Situate and Define Action Research." In *The SAGE Handbook of Action Research*, edited by Hilary Bradbury, 1-9. London: SAGE Publications.

Brydon-Miller, Mary. 2008. "Ethics and action research: Deepening our commitment to principles of social justice and redefining systems of democratic practice." *The SAGE handbook of action research: Participative inquiry and practice*:199-210.

Campos, Inês, S. , Filipe Alves, M., João Dinis, Monica Truninger, André Vizinho, and Gil Penha-Lopes. 2016. "Climate adaptation, transitions, and socially innovative action-research approaches." *Ecology and society* 21 (1):13. doi: 10.5751/ES-08059-210113.

Chambers, Robert. 2007. "PRA, PLA and pluralism: Practice and theory. IDS Working Paper 286." In. Charnes, Gabriela. 2014. "Setting up of a Participatory Action Reflexion Learning (PARL) Group: The Chilean Experience." In *Nutritional Improvement for Children in Urban Chile and Kenya NICK Project*, Briefing Paper 2.

Clark, David, Mario Biggeri, and Alexandre Apsan Frediani. 2019. "Participation, Empowerment and Capabilities: Key Lessons and Future Challenges." In *The capability approach, empowerment and participation : concepts, methods and applications*, 385-402. London: Palgrave Macmillan.

Facer, Keri. 2020. "Beyond business as usual: Higher education in the era of climate change." In.: *Higher Education Policy Institute (HEPI)*, Debate Paper 24.

Fals-Borda, Orlando. 2006. "The North-South convergence: A 30-year first-person assessment of PAR." *Action research* 4 (3):351-8. doi: 10.1177/1476750306066806.

Gaventa, John, and Andrea Cornwall. 2008. "Power & Knowledge." In *The SAGE handbook of action research participative inquiry and practice* edited by Hilary Bradbury and Peter Reason. Los Angeles, Calif.; London: SAGE.

German, Laura, and Ann Stroud. 2007. "A Framework for the integration of diverse learning approaches: Operationalizing agricultural research and development (R&D) linkages in Eastern Africa." *World Development* 35 (5):792-814.

Godden, Naomi Joy, Pam Macnish, Trimita Chakma, and Kavita Naidu. 2020. "Feminist Participatory Action Research as a tool for climate justice." *Gender & Development* 28 (3):593-615.

Golder (2005) Stakeholder Analysis: A cross-cutting tool. Sourcebook for WWF Standards. World Wildlife Fund. Available at https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/1_1_stakeholder_analysis_11_01_05.pdf

IPCC. 2018. "Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)] In press." In. Kindon, Sara Louise, Rachel Pain, and Mike Kesby. 2007. "Participatory action research approaches and methods: connecting people, participation and place." In. Abingdon: Routledge.

Kitagawa, Kaori. 2019. "Exploring 'everyday-life preparedness': Three case studies from Japan." *International journal of disaster risk reduction* 34:265-74.

Lagi, Rosiana Kushila. 2015. "Na Bu: An explanatory study of Indigenous knowledge of climate change education in Ovalau, Fiji." PhD Thesis. Suva, Fiji: University of the South Pacific.

Manzo, Lynne C, and Nathan Brightbill. 2007. "Toward a participatory ethics." In *Participatory action research approaches and methods*, 59-66. Routledge.

Martí, Joel. 2016. "Measuring in action research: Four ways of integrating quantitative methods in participatory dynamics." *Action research* (London, England) 14 (2):168-83. doi: 10.1177/1476750315590883.

McCowan, Tristan. 2020. "The impact of universities on climate change: a theoretical framework." In *Transforming Universities for a Changing Climate Working Paper Series*. London: UCL Institution of Education, University College London

Muhammad, Michael, Nina Wallerstein, Andrew L. Sussman, Magdalena Avila, Lorenda Belone, and Bonnie Duran. 2015. "Reflections on Researcher Identity and Power: The Impact of Positionality on Community Based Participatory Research (CBPR) Processes and Outcomes." *Critical sociology* 41 (7-8):1045-63. doi: 10.1177/0896920513516025.

Nabobo-Baba, Unaisi. 2006. Knowing and learning: An indigenous Fijian approach: editorips@usp.ac.fj.

———. 2008. "Decolonising framings in Pacific research: Indigenous Fijian Vanua research framework as an organic response." *AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples* 4 (2):140-54.

Ortega Díaz, Araceli, and Erika Casamadrid Gutiérrez. 2018. "Competing actors in the climate change arena in Mexico: A network analysis." Journal of Environmental Management 215:239-47. doi: 10.1016/j.jenvman.2018.03.056.

Osuteye, Emmanuel, Catalina Ortiz, Barbara Lipietz, Vanesa Castán Broto, Cassidy Johnson, and Wilbard Kombe. 2019. "Knowledge co-production for urban equality " In *KNOW Working Paper Series, No 1*.

Rey-Garcia, Marta, and Vanessa Mato-Santiso. 2020. "Enhancing the effects of university education for sustainable development on social sustainability: the role of social capital and real-world learning." *International Journal of Sustainability in Higher Education* 21 (7):1451-76. doi: 10.1108/IJSHE-02-2020-0063.

Roman, Mona, Henry Varga, Vladimir Cvijanovic, and Alasdair Reid. 2020. "Quadruple Helix Models for Sustainable Regional Innovation: Engaging and Facilitating Civil Society Participation." *Economies* 8 (2):48. doi: 10.3390/economies8020048.

Santos, Boaventura de Sousa. 2006. "The University in the 21st Century: Toward a Democratic and Emancipatory University Reform" In *The University, State, and Market: The Political Economy of Globalization in the Americas*, edited by Robert A. Rhoads and Carlos Alberto Torres, 60-100. Stanford: Stanford University Press.

Schlosberg, David, Lisette B. Collins, and Simon Niemeyer. 2017. "Adaptation policy and community discourse: risk, vulnerability, and just transformation." *Environmental Politics* 26 (3):413-37. doi: 10.1080/09644016.2017.1287628.

Shah, Meera Kaul. 2004. Participatory Monitoring and Evaluation of Community-and Faith-based Programs: *A step-by-step guide for people who want to make HIV and AIDS services and activities more effective in their community*: Core Initiative.

Van Mierlo, BC, Barbara Regeer, Mariëtte van Amstel, MCM Arkesteijn, Volkert Beekman, JFG Bunders, T de Cock Buning, Boelie Elzen, Anne-Charlotte Hoes, and Cees Leeuwis. 2010. "Reflexive monitoring in action. A guide for monitoring system innovation projects." In.: Communication and Innovation Studies, WUR; Athena Institute, VU.

Velasco (2013) Participatory Action Research (PAR) for Sustainable Community Development, blog for Post Growth Institute (https://medium.com/post-growth-institute/participatory-action-research-par-for-sustainable-community-development-25971b43b8c4) [accessed October 2020]

Walker, Melanie, and Alejandra Boni. 2020. Participatory Research, Capabilities and Epistemic Justice: *A Transformative Agenda for Higher Education*. Cham: Cham: Springer International Publishing AG.

Youssoufa Bele, Mekou, Denis Jean Sonwa, and Marie Tiani Anne. 2013. "Supporting local adaptive capacity to climate change in the Congo basin forest of Cameroon: A participatory action research approach." *International Journal of Climate Change Strategies and Management* 5 (2):181-97. doi: 10.1108/17568691311327587.

Lista de Abreviações

TAR	Teoria Ator-Rede
APWLD	Fórum Ásia-Pacífico sobre Mulheres, Direito e Desenvolvimento
KPI	Indicadores-chave de Desempenho
MAA	Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem
PAP	Pesquisa-Ação Participativa
TdM	Teoria da Mudança

Lista de Figuras

Figura 1	Cubo PAP	5
Figura 2	Caminhos para o impacto	6
Figura 3	APWLD TdM – Movimentos criam e sustentam mudança	7
Figura 4	Construindo uma Teoria da Mudança	8
Figura 5	Exemplo de quadrante de influência / impacto	10
Figura 6	Exemplo de Teoria Ator-Rede no mapeamento de Coalizões a favor e contra a Lei Geral de Mudanças Climáticas do México, de 2012.	11
Figura 7	Preceitos de PAP	12
Figura 8	7 dimensões do envolvimento comunitário	13
Figura 9	Ciclos PAP	14
Figura 10	Planejamento de Ação Cíclica	14
Figura 11	Alinhamento de MAA na PAP	17
Figura 12	Cinco etapas e dez princípios para desenvolver um processo PAP	18

Agradecimentos

Este estudo é parte do projeto de pesquisa "Transformando as Universidades para um Clima em Mudança", financiado pelo Conselho de Pesquisa Econômica e Social (Economic and Social Research Council) como parte do Fundo de Pesquisa e Desafios Globais (Global Challenges Research Fund). Agradecimentos aos autores principais Dr Alexandre Apsan Frediani e Dr Charlotte Nussey com contribuições de Dr Jackline Nyerere, Winniejoy Gatwiri, Rachel Okinyi (Equipe Quênia); Dr Rosiana Lagi, Filipe Veisa, Apolosa Robaigau, Siniva Laupepa (Equipe Fiji); Prof. Patrício Langa, Rosario Mananze, Neide Mangeia, Adriano Felix, Ali Atumane (Equipe Moçambique); Dr Luciana Brandli, Dr Amanda Lange Salvia, Janaína Mazutti, Giovana Reginatto (Equipe Brasil).

Nossos agradecimentos ao Dr.Tristan McCowan e à Dra. Kaori Kitagawa pelos seus comentários nas versões anteriores deste documento, e a David Heymann pelo design.

Sugestão de citação:
Climate-U (2021) A Protocol for Participatory Action Research into Climate Justice: Principles and Tools. Transforming Universities for a Changing Climate Working Paper Series, No. 3

Climate-U
Transforming Universities for a Changing Climate

ISSN 2754-0308

Sobre “Transformando as Universidades para um Clima em Mudança”

As mudanças climáticas são o desafio global mais significativo da atualidade, e muitos de seus efeitos são sentidos de forma mais impactante nas comunidades mais pobres do mundo. O ensino superior desempenha um papel crucial na resposta à crise climática, não apenas na realização de pesquisas, mas também por meio do ensino, do engajamento comunitário e da conscientização pública. Este estudo contribui para o nosso entendimento de como as universidades de países de baixa e média renda podem aumentar sua capacidade de resposta às mudanças climáticas, por meio do enfoque nos casos do Brasil, Fiji, Quênia e Moçambique. Dessa forma, contribui para a tarefa mais ampla de compreender o papel da educação na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nossos parceiros

GCRF Global Challenges Research Fund
UK Research and Innovation
UCL
USP The University of the South Pacific
Kenyatta University
UPF Universidade de Passo Fundo
Universidade Eduardo Mondlane
The Association of Commonwealth Universities